



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

### **Ata da 133ª Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.**

Data: 12 de Setembro de 2017, às 13h30min.

Local: Auditório Centro de Referência da SEMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente -

Av. José Correia Machado, 900 - Bairro Ibituruna - Montes Claros/MG.

1 Aos 12 de setembro de 2017, às 13h30min, reuniu-se a URC – Unidade Regional  
2 Colegiada do Norte de Minas, no Auditório Centro de Referência da SEMMA - Secretaria  
3 Municipal do Meio Ambiente - Av. José Correia Machado, 900 - Bairro Ibituruna -  
4 Montes Claros/MG. Participaram os seguintes membros Conselheiros Titulares e  
5 Suplentes: como Presidente: Ângelo Márcio Gomes de Melo – Superintendente da  
6 Supram Jequitinhonha; Secretaria SEAPA: titular: Sergio de Oliveira Azevedo;  
7 Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional - SECIR; 1º Suplente: Mônica  
8 Maria Ladeia; Secretaria de Estado de desenvolvimento e Integração do Norte e Noroeste  
9 de Minas Gerais – SEDINOR: 1º Suplente: Davidson Barbosa Dantas; Secretaria de  
10 Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG: 1º Suplente: Ludgério Lourenço Sampaio;  
11 Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP: 1º Suplente: Odivone da  
12 Costa e Silva; Procuradoria Geral de Justiça – PGJ: Titular: Lucas Marques Trindade;  
13 Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG: 2º Suplente: 2º Ten. PM Emerson Martins da  
14 Silva; Prefeitura Municipal situada na área de abrangência da URC; 1º Suplente: Paulo  
15 de Faria Ribeiro; Comitê de Bacia Hidrográfica –CBH \_ constituído e em operação,  
16 situado majoritariamente na área de abrangência da URC/ NM, oriundo de segmento do  
17 Poder Público: titular: João Francisco de Pinho – Comitê da Bacia Hidrográfica dos  
18 Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha – JQ1; Federação das Industriais do Estado de  
19 Minas Gerais – FIEMG : Titular: Ézio Darioli; Federação da Agricultura do Estado de  
20 Minas Gerais – FAEMG, atuando na região de abrangência: Titular: Juvenal Mendes  
21 Oliveira; Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de  
22 Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS: Titular: Diogo Fabiano Ferreira;  
23 Representantes de não-governamentais com mandatos vigentes em Conselhos Municipais  
24 de Meio Ambiente – CODEMA's: Titular: Renan Laughton Milo; Representante de  
25 entidade socioambiental legalmente constituída no Estado para proteção, conservação e  
26 melhoria do meio ambiente, assim cadastrada no cadastro Estadual de Entidades  
27 Ambientais – CEES, nos termos da Resolução SEMAD nº 1.573, de 26 de Abril de  
28 2012: 2º Suplente: Leonardo Silva Alves – Instituto Grande Sertão; Representante de  
29 entidades reconhecidamente ligadas ao ensino, pesquisa ou desenvolvimento tecnológico  
30 ou científico na Área do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida: Titular: Maria  
31 das Dores Magalhães Veloso - UNIMONTES; Representante de entidades civis  
32 representativas de categorias de profissionais liberais ligadas à proteção do meio  
33 ambiente e da melhoria da qualidade de vida: Titular: Guilherme Augusto Guimarães de  
34 Oliveira – CREA/MG; Representantes de entidade de âmbito regional cujas atividades  
35 tenham interrelação com o desenvolvimento das políticas públicas de proteção ao meio  
36 ambiente: 1ª Suplente: Virgínia Campos – ABRAGEL. Estiveram também presentes  
37 Clésio Cândido Amaral, Superintendente da SUPRAM NM, Yuri Rafael de Oliveira  
38 Trovão, Diretor de Controle Processual da SUPRAM NM e técnicos da SUPRAM NM.



39 O **Presidente** dá início a 133ª reunião extraordinária do COPAM - URC Norte de Minas.  
40 Convida todos para ficarem de pé para ouvir o Hino Nacional Brasileiro.

41 **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.**

42 **2. Abertura pelo Subsecretário de Gestão Regional da Secretaria de Estado de Meio**  
43 **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Norte de Minas, Dr.**  
44 **Diogo Soares de Melo Franco.**

45 O **Presidente Ângelo Márcio Gomes de Melo**, Superintendente Regional do Meio  
46 Ambiente da SUPRAM Jequitinhonha, declara aberta a 133ª Reunião Extraordinária do  
47 COPAM URC Norte de Minas. Passa ao item 3 da pauta.

48 **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.**

49 O **Presidente** Diz que a palavra está franca.

50 O **Conselheiro Guilherme Augusto Guimarães de Oliveira**, representante do CREA,  
51 cumprimenta a todos e diz que tem dois assuntos que gostaria de colocar como assuntos  
52 gerais. Diz que, como representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia,  
53 têm chegado a ele algumas ponderações, algumas reclamações com relação a alguns  
54 aspectos da análise técnica. Diz que não quer fazer juízo de valor aqui neste momento,  
55 mas vai colocar alguns aspectos com relação a informações solicitadas. Diz que o  
56 licenciamento ambiental é um instrumento que busca o planejamento das atividades com  
57 respeito aos aspectos ambientais. Ele não pode se transformar no ônus desnecessário e  
58 um custo sem justificativa. Diz que, no seu tempo como funcionário da FEAM e  
59 Superintendente desta casa, logo no início, nem era cobrado o licenciamento ambiental.  
60 Posteriormente começou a ser cobrado o licenciamento ambiental. Fala com relação a  
61 algumas exigências como, por exemplo, monitoramento de caldeira a lenha em ambiente  
62 rural. Diz que como representante da FEAM, na resolução CONAMA que normatizou  
63 fontes fixas de emissão atmosférica, entende que este é um monitoramento que deveria  
64 ser eventual ou espaçado porque uma caldeira a lenha instalada num empreendimento  
65 rural onde todas as estradas vicinais são sem pavimento ou sem revestimento. Questiona  
66 qual é a significância disso. Cita outro aspecto: monitoramento trimestral em tanque  
67 séptico na zona rural em fontes que lançam em sumidouro. Diz que deveria o estado  
68 estabelecer algum normativo que justificasse os monitoramentos instalados. Diz que  
69 gostaria que talvez normatizasse isso e justificasse essa questão especificamente porque  
70 o licenciamento ambiental não pode ser um sistema apenas de exigências muitas vezes a  
71 onerar o processo que não vai ter nenhuma objetividade. Diz que seria importante que o  
72 próprio Sistema Estadual de Meio Ambiente estabelecesse com justificativa técnica, com  
73 razoabilidade, com critérios, os aspectos relacionados ao automonitoramento, tendo em  
74 vista que, na maior parte das vezes, observa-se que os resultados do automonitoramento  
75 são acumulados nos órgãos ambientais e não servem muitas vezes nem para uma pesquisa  
76 que vá, diga-se assim, diagnosticar o estado dessas questões. Diz que esse é um ponto  
77 mais como reflexão. Diz que o segundo aspecto para o qual gostaria de chamar atenção é  
78 a preocupação com as unidades de conservação, em dois sentidos. Diz que primeiro é que  
79 cada vez mais se tem unidades de conservação e não se viu basicamente criar estrutura  
80 para a utilização de fato dessas unidades de conservação. Observa-se que essas unidades  
81 de conservação ficam muito restritas a quase apenas ao órgão público. Acha que se  
82 deveria solicitar uma celeridade na implantação das estruturas que possibilitassem à  
83 população a utilização desses bens que são públicos. Diz que fez uma solicitação na  
84 primeira reunião no sentido de possibilitar que parte do recurso arrecadado com as multas



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

85 pudesse ser avaliado como aplicação na própria comunidade. Diz que na verdade se tem  
86 que entender que os recursos naturais têm que ser bem aproveitados pela comunidade. O  
87 **Conselheiro Paulo Ribeiro**, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, acrescentando  
88 ao que Guilherme falou, diz que gostaria de lembrar a Lei do SNUC artigo 43 e 47, as  
89 concessionárias de serviço de água por exemplo deveriam pagar pela utilização de água  
90 das unidades de conservação. Diz que a COPASA não paga e há 11 anos vem utilizando,  
91 depois que foi criado o parque, e não dá nenhuma colaboração, mesmo porque, quando o  
92 parque foi criado, colocou-se, por sugestão sua, no decreto de criação do parque, que a  
93 COPASA deveria ser corresponsável pela manutenção. Com a crise em que o Estado está,  
94 deveria exigir o Instituto Estadual de Florestas a colaboração da COPASA na manutenção  
95 do parque. Certamente o parque estaria aberto hoje. Diz que o valor mínimo que se  
96 calculou, finalizando inclusive uma ação civil pública para exigir o cumprimento desse  
97 decreto de criação do parque, no mínimo a COPASA deveria estar pagando R\$6 milhões  
98 por ano ao IEF Isso daria para regularizar a ampliação do parque, daria para pagar os  
99 funcionários. Em segundo lugar, gostaria até de apresentar uma moção, no final, em apoio  
100 ao trabalho do selo do Parque do Peruaçu que está pleiteando um selo como patrimônio  
101 cultural da humanidade. Diz que estiveram lá no último final de semana e acha que o  
102 COPAM poderia dar uma ajuda, se pudesse sensibilizar as autoridades para ajudar nesta  
103 indicação do Peruaçu como patrimônio cultural da humanidade. Fala sobre os quatro dias  
104 em que percorreram o norte de Minas em três roteiros, o menor roteiro foi de 650 km,  
105 todos partindo de Montes Claros e voltando para cá, o do Peruaçu, o da Serra do Cabral  
106 e o de Botumirim. Sobre a questão de perfuração dos poços artesianos descontrolados,  
107 diz que o município de Montes Claros está preparando uma lei para obrigar, já que é  
108 responsabilidade do Estado que não cumpre. Diz que se sabe que mais de uma centena de  
109 poços estão sendo perfurados irregularmente só na cidade de Montes Claros  
110 mensalmente, e isso proliferou na região inteira. Diz que a questão da Serra do Cabral  
111 também é criminosa. O plantio dentro das veredas tanto na região do Peruaçu como na  
112 Serra do Cabral, a mineração descontrolada que está ocorrendo. A Serra do Cabral é uma  
113 das joias, um dos negócios mais fantásticos do Estado está quase irremediavelmente  
114 condenada. Coloca uma novidade: diz que fizeram uma visita junto com pessoal do  
115 IBAMA, ele, Rafael, Daniel e Eduardo, inclusive com a InterTV, há dois meses atrás, e  
116 foram visitar a região de Itacambira e de Juramento, as nascentes todas. Diz que fizeram  
117 uma parceria com os empreendedores tentando criar com eles um novo processo, tentando  
118 propor a produção de água e ser remunerada, em vez de plantação de eucalipto. . Diz que  
119 fizeram uma simulação colocando BDI altíssimo para eles, uma lucratividade de 35%.  
120 Eles declararam no primeiro momento que não se interessavam por isso porque era uma  
121 questão estratégica, pois estavam produzindo para usina de Sete Lagoas e que tem a  
122 garantia de funcionamento da usina e não poderiam reduzir. Destaca que informou que  
123 haveria a partir daquele momento apenas duas opções se não houvesse a parceria: uma  
124 seria trabalhar para se arranjar recursos para desapropriar a área para se implantar o  
125 projeto. . Diz que, após isso, resolveram convidar e, no dia 19, estarão se assentando em  
126 Belo Horizonte com a equipe do IBAMA para tentar construir uma alternativa para aquela  
127 região, propor um projeto que logicamente depois vai-se ter que encaminhar também à  
128 COPASA e ver como se vai levantar recurso para que se faça a preservação. Diz que se  
129 tem uma série de coisas: eucalipto principalmente no Peruaçu é grave; também é grave a  
130 criação de gado. Mas fundamentalmente a questão que se tem é da legislação que tem que  
131 ser pensada, tem que ser mudada, que a perfuração de poços rurais. Estão pagando R\$



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

132 1.200.000,00 para abrir poço a mais de 600 metros de profundidade e buscar, depois do  
133 maciço Bambuí, buscar água. Diz que mais uma vez é consequência da concentração de  
134 renda, pois poucos arqui milionários vão ter dinheiro para a irrigação desenfreada  
135 continuar e o pequeno, mais uma vez, vai ser abandonado. Informa que quinta-feira, nesta  
136 mesma sala, às 19 horas, todas as 100 pessoas que participaram dos três roteiros vão estar  
137 aqui elaborando um documento pedindo urgência em ações, porque não há mais tempo  
138 de se fazer diagnóstico, porque todos os diagnósticos já são conhecidos e a forma de  
139 resolver também já se tem.

140 A **Conselheira Profa. Maria das Dores Magalhães Veloso - Dora**, da UNIMONTES, diz  
141 que foi muito bom o Paulo ter começado essa conversa, porque queria ter dito isso há  
142 mais tempo e, quando se pediu a sugestão de pauta, já era para ter inserido, mas, em  
143 função das inúmeras atividades que desenvolve, acabou ficando meio presa. Diz que a  
144 expedição de que participou foi só para confirmar o que vem acontecendo ao longo dos  
145 anos. Diz que trabalha na região de pandeiros desde 2007. Diz que teve a felicidade de  
146 nascer lá. Diz que já percebeu coisas diferentes, mas ao longo dos anos junto com o  
147 Ministério Público, com projeto “Vereda Viva”, com Ministério Público sempre  
148 estimulando a atuar, a trabalhar nas veredas, veio acompanhando e implementando  
149 algumas atividades de recuperação de identificação do que é uma vereda, quais são as  
150 espécies que há numa vereda, porque, até então, o que se tinha era de Guimarães Rosa.

151 . Diz que passou na vereda do Peruaçu. Informa que são 660 hectares de vereda. Explica  
152 que vereda é solo turfoso. Para se encontrar rocha maciça, o solo mesmo, pode-se cavar  
153 até 5 metros. Diz que a esponja desses 660 hectares está queimando, já se queimaram  
154 524. Diz que o lençol freático emerge nessa região, nessa área de solo turfoso. E já não  
155 está emergindo. Por isso está pegando fogo. Diz que fez o mapeamento de 49 veredas e  
156 dessas 49 veredas não tem uma que se possa falar que está intacta, que está extremamente  
157 preservada. Em todas elas ou já houve fogo ou estão em processo de degradação. Diz que  
158 propôs hoje no grupo da expedição para se tentar atingir o máximo de pessoas com essa  
159 sensibilização, pegando-se as fotos e montando se uma exposição em Brasília, em Belo  
160 Horizonte, em todo lugar e começar a mostrar isso mostrar o que é e o que foi, para ver  
161 se as pessoas se sensibilizam e acordam, porque não se entende essa condição de uma  
162 vereda passar 7 meses pegando fogo e não se poder fazer nada, e é a maior vereda de  
163 Minas. Questiona quem vai abastecer isso, como essa água vai chegar lá, se se está  
164 impermeabilizando seja na cidade, no campo com plantio da silvicultura, das  
165 monoculturas. Diz que se precisa fazer alguma coisa. E comunga com Paulo de que se  
166 tem que fazer alguma coisa e o Conselho pode ajudar, porque, se não se fizer, vai-se  
167 condenar à desertificação imediata. Ressalta que isso não dura 5 anos. O **Conselheiro**  
168 **Ludgério Lourenço Sampaio**, representante da SEPLAG/Montes Claros, diz que o  
169 Guilherme falou uma coisa interessante em relação aos parques. Diz que se tem  
170 preocupado muito e observado, na zona rural ou mesmo na cidade, a baixa consciência  
171 ambiental, ou talvez mínima, da população. Ressalta esse investimento no parque de que  
172 o Paulo falou e que a COPASA tem que fazer também, e concorda que a COPASA tem  
173 que investir também, Diz que a consciência ambiental já se tem, mas observa-se que a  
174 população não tem. Diz que, quando o Guilherme fala desse acesso ao parque, a forma  
175 de levar a essa consciência ambiental é o acesso, haja vista que o Parque Municipal,  
176 depois daquela pista, tem observado que as pessoas passam a contemplar mais o parque  
177 e ver a necessidade de chuva e ver a necessidade de participar de certa forma e entender  
178 essa preocupação. Diz que acha os acessos aos parques extremamente interessantes como



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

179 uma forma de consciência. O **Conselheiro Davidson Barbosa Dantas**, representante da  
180 SEDINOR-IDENE, diz que isso tudo é muito complicado e, como representante do  
181 governo, tem buscado meios de prover a comunidade com algumas ações no sentido de  
182 ajudar a preservar. Diz que, dentro da FENICS, nesse ano, junto com ADENOR, a  
183 FIEMG e a ACI, está se realizando dois eventos bem interessantes que vêm tratar disso.  
184 Primeiro é dar oportunidade às comunidades que trabalham com a exploração sustentada  
185 das suas áreas. Haverá uma ação dentro da FENICS, que começa no dia 14 com  
186 congresso, 2º Congresso de Energias Renováveis do Norte de Minas. Haverá palestra de  
187 todos os setores da economia, haverá uma apresentação de um balanço dos avanços que  
188 tem o projeto de energia, principalmente da energia solar para a região, os avanços em  
189 termo de infraestrutura de distribuição de energia, os novos projetos que estão sendo  
190 implantados na região que vão possibilitar a captação de grandes empreendimentos. O  
191 **Conselheiro Leonardo Silva Alves**, representante do Instituto Grande Sertão, diz que é  
192 um momento muito complicado e, como instituição, como uma ONG ligada ao meio  
193 ambiente, vem acompanhando também todo esse processo de degradação que se vem  
194 passando, essas dificuldades pelas quais se está passando. Diz que essa crise hídrica é  
195 muito complicada. Diz que anda por Montes Claros e vê nos condomínios carros-pipa  
196 parados. Diz que está complicado, muito complicado mesmo. . Entende que se tem que  
197 começar mesmo arregaçar as mangas, começar a fazer alguma coisa, juntar forças. O que  
198 viu o chocou bastante. As pessoas não estão acreditando no que está acontecendo  
199 O **Conselheiro Juvenal Mendes Oliveira**, da FAEMG, diz que quer corroborar com  
200 Conselheiro Guilherme quando ele coloca a inquietação da sociedade com as questões  
201 das multas ambientais e o sistema ambiental como um todo. Diz que escuta isso desde  
202 1980. Diz que, na verdade, a legislação ambiental que veio como primeira colocar multas  
203 depois da Constituição Federal de 88, a lei de 91 que depois, em 2001, foi reformulada  
204 porque havia tantos adendos que se fazia necessário atualizar a lei. Agora posteriormente  
205 com o novo Código Florestal e a Lei de Minas acompanhando isso, criando várias outras  
206 medidas. Diz que em relação a essa questão tem escutado demais essas reclamações e  
207 vai se ater ao que tem ouvido aqui neste Conselho. Diz que, quando se criou o sistema  
208 ambiental, ele veio de uma maneira desarvorada criando penalidades tipo: a penalidade  
209 para desmatar uma árvore é de r\$ 50 a um milhão. Questiona porque não se coloca logo  
210 de r\$1 ao infinito. Diz que é preciso uma reformulação porque a sociedade está vendo  
211 isso e está vendo que essa legislação, em termos de multas administrativas de  
212 licenciamentos ambientais. é uma vergonha. A SUPRAM só foi criada em 2003 e hoje se  
213 presta apenas a julgar multas ambientais. O Conselho virou um julgador de multas  
214 ambientais porque não se teve a competência de se julgarem os licenciamentos ambientais  
215 com justiça e por isso foi levado para Belo Horizonte. Quando o meio ambiente surgiu  
216 uma quantidade de coisas que surgiu. Diz que o que hoje se vê é que se está aqui  
217 simplesmente para julgar multas. E pensa que uma solução simples para isso é parar de  
218 encontrar um culpado, de achar o produtor rural como vilão da história e que ele é um  
219 inimigo a ser vencido. É preciso trabalhar juntos, instituições públicas e aquele detentor  
220 de uma porção de terra, onde essa porção de terra tem a capacidade de absorver água e de  
221 gerar água para o lençol freático.  
222 Diz que se está precisando de uma extensão ambiental onde se chega e se diz como se  
223 faz, por que se faz. É disso que se está precisando. O **Conselheiro Paulo Ribeiro**, da  
224 SEMMA, diz que a Prefeitura entrou hoje com uma ação civil pública contra a COPASA  
225 pedindo uma indenização, por conta de perdas e danos, de R\$50 milhões. O **Presidente**



226 questiona se mais algum Conselheiro quer fazer uso da palavra dando continuidade à  
227 pauta passa ao item seguinte da pauta

228 **4 - Exame da ata da 132ª reunião ordinária de 11 de julho de 2017.**

229 O **Presidente** coloca a ata em discussão. Não havendo nenhuma manifestação, informa  
230 que a ata será **aprovada**.

231 A **Conselheira Mônica Ladeia, da SECIR**, informa que vai abster-se porque não esteve  
232 presente. O **Conselheiro Lucas Marques Trindade**, da Procuradoria Geral de Justiça,  
233 diz que também se abstém na forma do artigo 11 do Ato da Corregedoria Geral 02 de  
234 2017, assim como fará em todas as decisões ao longo desta sessão. O **Conselheiro**  
235 **Guilherme Augusto Guimarães Oliveira**, do CREA, também manifesta sua abstenção  
236 por não ter estado presente na última reunião. O **Conselheiro Diogo Fabiano Ferreira**,  
237 representante da FEDERAMINAS-ACI, também se abstém por não ter estado presente.  
238 O **Conselheiro Ten. Emerson Martins da Silva** também manifesta sua abstenção por  
239 não ter estado presente na última reunião. O **Conselheiro Leonardo Silva Alves**, do IGS,  
240 também manifesta suavização por não ter estado presente. O **Presidente** informa que a  
241 ata está **aprovada** com 07 abstenções. Passa ao item seguinte da pauta.

242 **5. Processos Administrativos para exame de Recurso de Autos de Infração:**

243 5.1 Sada Siderurgia Ltda. - Produção de fundidos de ferro e aço, sem tratamento químico  
244 superficial inclusive a partir de reciclagem - Várzea da Palma/MG - PA/Nº  
245 09183/2005/005/2015 - AI/Nº 46283/2014 - Apresentação: Supram NM. 5.2. – Gerdau.  
246 zio

247 5.2 Gerdau Aços Longos S.A./Fazenda Biluca, Gameleira, Porto Alegre e Bom Retiro -  
248 Silvicultura - Buritizeiro e Santa Fé de Mina/MG - PA/Nº 10158/2006/004/2015 - AI/Nº  
249 46320/2015 - Apresentação: Supram NM.

250 Destaque para o Conselheiro Ézio Darioli.

251 5.3 Novo Nordisk Farmacêutica do Brasil Ltda. - Fabricação de produtos para  
252 diagnóstico com sangue e hemoderivados, farmoquímicos (matéria prima e princípios  
253 ativos), vacinas, produtos biológicos e/ou aqueles provenientes de organismos  
254 geneticamente modificados - Montes Claros/MG - PA/Nº 00077/1979/021/2015 - AI/Nº  
255 48669/2015 - Apresentação: Supram NM.

256 O **Presidente** informa que para este item há uma manifestação escrita.

257 5.4 Florestas Rio Pardo Ltda. - ME - Silvicultura - Taiobeiras/MG - PA/Nº CAP  
258 462393/17 - AI/Nº 54666/2015 - Apresentação: Supram NM.

259 O **Presidente** informa que vai retirar este item de pauta de acordo com solicitação do  
260 empreendedor.

261 5.5 Adilson Roberto Ribeiro dos Santos - Silvicultura - Grão Mogol/MG - PA/Nº CAP  
262 466691/17 - AI/Nº 016659/2016 - Apresentação: Supram NM.

263 5.6 União Recursos Naturais Indústria e Comércio de Produtos Florestais S.A. -  
264 Produção de carvão vegetal, oriunda de floresta plantada, silvicultura e tratamento  
265 químico para preservação de madeira - São João do Paraíso/MG - PA/Nº CAP  
266 440775/17 - AI/Nº 41866/2015 - Apresentação: Supram NM.

267 5.7 Construtora Eferco Ltda. - Usina de produção de concreto asfáltico - Montes  
268 Claros/MG - PA/Nº CAP 443025/16 - AI/Nº 55304/2016 - Apresentação: Supram NM.



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

269 O **Presidente** informa que o item 5.7 tem inscrição do Senhor Wellington. Questiona se  
270 ele ainda tem interesse em falar porque se tem informação de que ele desistiu da fala.  
271 Verifica-se que não está presente, Um Conselheiro pede destaque.

272 O **Presidente** pede atenção. Coloca em votação os itens 5.1 - 5.5 e 5.6.

273 O **Conselheiro Juvenal Mendes Oliveira**, da FIEMG, pede uma questão de ordem. Diz  
274 que, lendo e vendo os processos, pensa que não se deveriam juntar juntá-los para um  
275 único julgamento, mas separá-los e julgar um a um, porque, como existe enquadramento  
276 legal diferenciado, as opiniões podem divergir no ponto de ser favorável ou desfavorável.  
277 Isso então dificultaria. **Yuri Rafael Trovão**, Diretor de Controle Processual da  
278 SUPRAM, diz que é por isso que se tem os destaques. O próprio Regimento Interno  
279 determina que seja feita a leitura na íntegra do processo, e aqueles para os quais não  
280 houver destaque serão julgados em bloco. Está-se seguindo o Regimento. Pelo  
281 Regimento, a votação é em bloco dos itens que não foram destacados.

282 O **Presidente** diz que, após a explicação do Diretor de Controle Processual, coloca em  
283 votação os itens 5.1 - 5.5 e 5.6. O **Conselheiro Juvenal Mendes Oliveira**, da FAEMG,  
284 diz que discorda do parecer da SUPRAM nos itens 5.1 e 5.5, e não discorda no item 5.6.  
285 Mas como está sendo julgado em bloco, questiona se pode votar separadamente. Diz que  
286 discorda do parecer nos itens 5.1 e 5.5. Não se aplicam. É pelo deferimento do recurso.  
287 O **Conselheiro Ezio Darioli**, da FIEMG, vota contrário ao 5.1. Diz que ia pedir um  
288 destaque, mas acabou passando batido neste item. Como justificativa da questão do 5.1,  
289 diz que foi firmado um TAC com SADA e o órgão ambiental e entende que, com a  
290 assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, poderia ser isento da acumulação da  
291 penalidade que se aplica no caso. O **Conselheiro Lucas Marques Trindade**, da  
292 Procuradoria Geral de Justiça, diz que a abstenção já está computada. O **Presidente** diz  
293 que os itens foram **aprovados** com as considerações colocadas pelos Conselheiros.

294 **5.2 Gerdau Aços Longos.** O **Presidente** passa a palavra ao Conselheiro Ézio Darioli.

295 O **Conselheiro Ézio Darioli**, da FIEMG, diz que gostaria de colocar com Yuri sobre a  
296 questão das atenuantes desse processo. Faz suas considerações e pede que Yuri comente.  
297 **Yuri Rafael Trovão** passa a palavra a **Rafaela**, Técnica da SUPRAM Norte, para se  
298 manifestar. Realizada a discussão, o **Presidente** diz que vai colocar em votação o item

299 **5.2 Gerdau Aços Longos S A.**

300 O **Conselheiro Juvenal Mendes Oliveira**, da FIEMG, discorda do parecer da SUPRAM  
301 e diz que é favorável ao deferimento do recurso. O **Conselheiro Ézio Darioli**, da FIEMG,  
302 diz que entende que poderia ser aplicado também o item “e” da atenuante do artigo 68. O  
303 **Conselheiro Lucas Marques Trindade**, da PGI, manifesta sua abstenção. O **Presidente**  
304 informa que o item 5.2 foi **aprovado** com 02 votos contrários e abstenção do Ministério  
305 Público. O **Presidente** passa ao item seguinte.

306 **5.3 Novo Nordisk Farmacêutica do Brasil Ltda. Com destaque.**

307 Abre-se a discussão com a manifestação do **Sr. André Luiz**, da Novo Nordisk, que diz  
308 ter uma dúvida e uma justificativa. Diz que a dúvida é sobre os 30% do valor da multa de  
309 R41502. Questiona-se é esse valor mesmo a redução. Fazem-se manifestações.



310 O **Presidente**, após as explicações da SUPRAM Norte, coloca em votação do item 5.3  
311 Novo Nordisk Farmacêutica do Brasil Ltda. O **Conselheiro Juvenal Mendes Oliveira**,  
312 da FAEMG, diz que vai deferir totalmente o recurso. O **Conselheiro Lucas Marques**  
313 **Trindade**, da PGI manifesta-se pela abstenção. O **Presidente** informa que o item 5.3 foi  
314 **aprovado** com um voto contrário e uma abstenção. Passa para o item seguinte.

315 5.7 Construtora Eferco Ltda. - Usina de produção de concreto asfáltico - Montes  
316 Claros/MG - PA/Nº CAP 443025/16 - AI/Nº 55304/2016 - Apresentação: Supram NM.

317 Destaque do Conselheiro Guilherme.

318 O **Conselheiro Guilherme Augusto Guimarães Oliveira**, do CREA, diz que, na  
319 verdade, não vai entrar no mérito da infração. Como entende que se está propondo um  
320 auto de infração, quer saber apenas qual é o valor dessa multa. Diz que, na primeira  
321 reunião, sugeriu que 50% das multas aplicadas nos empreendimentos locais fossem  
322 revertidos para a região. Sugere que, se for possível, se foi aplicada a multa no seu valor,  
323 que o empreendedor tenha a possibilidade de aplicar 50% desse recurso na implantação  
324 do Parque Marcelo Condé, um ex-Conselheiro daqui desse COPAM. Diz que o considera  
325 o maior ambientalista desse Norte de Minas, um engenheiro florestal que foi  
326 superintendente do IBAMA por muitos anos. **Yuri Rafael Trovão**, Diretor de Controle  
327 Processual, faz um esclarecimento sobre a proposta. Informa ainda que foi publicado o  
328 Decreto 47246, no Diário Oficial na quinta-feira, dia 31/08, que dispõe sobre a remissão  
329 total dos créditos estaduais não tributários e sobre o programa de pagamento e incentivo  
330 de que trata a Lei 21 735. O **Presidente** diz que, após esclarecimentos ao Conselheiro,  
331 coloca em votação o item 5.7 Construtora Eferco Ltda.

332 O **Conselheiro Juvenal**, da FAEMG, diz que, por coerência, é desfavorável ao parecer  
333 da SUPRAM. O **Conselheiro Lucas Marques Trindade**, da PGJ, manifesta sua  
334 abstenção. O **Presidente** informa que o item 5.7 foi **aprovado** com um voto contrário e  
335 uma abstenção. O **Presidente** passa ao item seguinte.

336 **6. Processo Administrativo para exame de Recurso de Arquivamento de Licença**  
337 **de Operação Corretiva:**

338 6.1 Plantar Siderúrgica S.A./Fazenda Campo Alto - Silvicultura - Grão Mogol/MG -  
339 PA/Nº 00391/2008/002/2013 - Classe 3 - Apresentação: Supram NM.

340 O **Presidente** informa que vai retirar o item de pauta por solicitação da SEMAD.

341 **7. Resposta à Moção nº 001/2017, aprovada na 130ª Reunião Ordinária da Unidade**  
342 **Regional Colegiada Norte de Minas, realizada em 14/03/2017. Apresentação:**  
343 **Supram NM.**

344 O **Presidente** diz que o Diretor de Controle Processual até adiantou a conclusão da  
345 resposta dessa moção. Diz que a resposta dessa moção já foi disponibilizada para todos  
346 os Conselheiros. Para lembrar lê novamente a conclusão. Ocorrem manifestações. O  
347 **Conselheiro Lucas Marques Trindade**, da PGJ, sugere que seja estudado inclusive por  
348 essa Unidade Regional Colegiada uma moção sugerindo, para, quando for regulamentado  
349 esse Fundo, que seja estudada a viabilidade da criação de contas regionais coincidentes  
350 com as Unidades Regionais Colegiadas, porque aí se iria ter uma função a mais do que





351 homologadores de pareceres em recurso de auto de infração. Diz que não vai propor a  
352 moção ele mesmo como signatário direto, mas deixa a sugestão para os colegas, e de fato  
353 endossa, não pode endossar como signatário das decisões. O **Presidente** diz que, após  
354 essas manifestações, orienta os Conselheiros que formulem essa proposta de moção para  
355 aprovar inclusive nessa reunião, até o final da reunião. **Presidente** diz que, enquanto se  
356 espera a redação da moção, passa-se ao próximo item de pauta.

357 **8. Programa de Capacitação dos Conselheiros da URC com vistas ao**  
358 **desenvolvimento de suas competências conceituais, de modo a contribuir com o**  
359 **aprimoramento da atuação dos mesmos na apresentação de políticas públicas**  
360 **regionalizada. Apresentação: Supram NM.**

361 O Sr. **Clésio Cândido Amaral**, Superintendente da SUPRAM Norte de Minas, diz que a  
362 Secretaria Executiva juntamente com a Superintendência de Políticas Regionais estão  
363 promovendo um programa de capacitação dos Conselheiros das URCs. Para tanto, a  
364 SEMAD vai fazer um diagnóstico sobre quais são os temas necessários para essa  
365 capacitação por cada URC. Diz que assunto Diz que a SUPRAM Norte de Minas vai  
366 encaminhar, a partir do núcleo operacional, um e-mail para todos os Conselheiros com o  
367 formulário que deve ser preenchido com essa sugestão de temas. A partir dessa sugestão  
368 de temas que os Conselheiros acham que devam ser abordados no treinamento dos  
369 Conselheiros, vai ser formulado pela Superintendência de Políticas Regionais e pela  
370 Secretaria Executiva um programa de capacitação. Acredita que provavelmente esse  
371 programa de capacitação se dará ao longo do início do ano que vem, pois já se está na  
372 finalização do ano. Ele vai ter como base as sugestões de todos os membros do Conselho  
373 de acordo com as características de cada URC ou as características regionais. Informa  
374 que no dia de amanhã já se deve estar enviando esses e-mails a todos os Conselheiros. No  
375 email se vão colocar os prazos de respostas desses temas. A partir da entrega desses  
376 formulários, vai-se encaminhar tudo isso a SEMAD.

377 O **Presidente**, antes de se encerrar a reunião, questiona se os Conselheiros redigiram a  
378 moção. Sugere que os Conselheiros façam essa discussão e na próxima reunião tragam  
379 para a discussão e aprovação aqui. O **Conselheiro Juvenal Mendes Oliveira**, da  
380 FAEMG, sugere que se convidem alguns Conselheiros, três ou quatro, e com calma se  
381 redija a moção. O **Presidente** agradece a cada um pela presença, os Conselheiros, o  
382 público, os servidores do Estado da SEMAD e encerra a reunião.

383 **9. Encerramento.**

384 Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual  
385 foi lavrada a presente ata.

386 Esta é a síntese da reunião do dia 12 de setembro de 2017.

387